

POBRES RURAIS E DESFLORESTAMENTO NO INTERIOR FLUMINENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

RURAL FARMERS AND DEFORESTATION IN THE PROVINCE
OF RIO DE JANEIRO DURING THE SECOND HALF OF THE 19TH
CENTURY

Ailton Fernandes da Rosa Junior

Susana Cesco

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Correspondência:

CPDA

Avenida Presidente Vargas 417, 6° a 9° andares, Centro - CEP 20.071-003 - Rio de Janeiro - RJ

E-mails: ailtonfernandes@id.uff.br / susanacesco@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho é uma análise inicial da relação dos trabalhadores rurais pobres do interior fluminense com o desflorestamento, na segunda metade do século XIX. O objetivo é discutir os fatores sociais e econômicos inerentes às relações entre os lavradores pobres e a natureza local e seus desdobramentos em uma região localizada 'nas bordas da plantation', caracterizada pela produção de gêneros alimentícios consumidos no mercado interno e pela reduzida população escrava. O foco analítico está no entendimento das dinâmicas de vida desses pobres rurais, numa perspectiva da experiência, resistência, e modos de vida.

Palavras-chave: História Ambiental; Lavradores Pobres; Desflorestamento.

Abstract

This study is an initial analysis of the relationship of poor rural workers from within the province of Rio de Janeiro with deforestation in the second half of the nineteenth century. The aim is to discuss the social and economic factors inherent in the relationships between poor farmers and local nature and its consequences in a region located 'at the edges of the plantation', characterized by the production of foodstuffs consumed in the domestic market and the reduced slave population. The analytical focus is on understanding the dynamics of life of poor rural perspective of the experience, strength, and lifestyles.

Keywords: Environmental History; Poor Farmers; Deforestation.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de fazer uma breve análise a respeito das características de ocupação territorial, composição demográfica, modelo produtivo e do panorama socioeconômico de uma determinada região do interior da província do Rio de Janeiro oitocentista. Seleccionamos como foco privilegiado de análise, a relação estabelecida entre os lavradores livres pobres e seu território ecossistêmico (especialmente no que diz respeito ao desflorestamento). A ênfase está na região imediatamente ao leste da Baía da Guanabara, utilizando como unidades de análise a bacia hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu (que correspondem às áreas dos atuais municípios de Guapimirim, Cachoeiras de Macacu).

Partindo de um balanço do que vem sendo produzido dentro do campo da História Ambiental, especialmente a respeito do bioma da Mata Atlântica e sua degradação, procuramos localizar geograficamente a região a partir dos aspectos mais gerais da geografia do Rio de Janeiro e do Recôncavo da Guanabara e Região Serrana. Além de um breve histórico do processo inicial de ocupação desta região, que remete ao século XVI. Posteriormente abordaremos a história do conceito de homens livres pobres, além de uma pequena gênese do conceito de camponês na literatura histórica nacional. Tal conceito se revelará crucial para o estudo que propomos realizar, o que justifica termos dedicado algumas páginas deste estudo a entender melhor de que forma a historiografia nacional tratou-o. Por fim far-se-á uma discussão a partir dos temas propostos anteriormente e dos conceitos trabalhados até então, a inserção do lavrador pobre livre e suas relações com a natureza a partir de uma região cujas especificidades tornam-na um lócus privilegiado para estudar homens pobres livres, produção e alimentos e desflorestamento.

História Ambiental e desflorestamento no Rio de Janeiro oitocentista

Não são apenas os biólogos ou os geógrafos que se interessam pela paisagem ou pela natureza, esta tem se tornado também um assunto, mais recentemente, interessante à análise histórica. Esta perspectiva histórica rejeita a ideia de que a experiência humana tenha se desenvolvido na ausência de qualquer constrangimento ambiental, de que os homens são uma espécie separada e singularmente especial¹. Podemos remeter a sistematização de uma ‘história ambiental’ aos anos 60 e 70 do século XX, esta é uma transformação da academia muito influenciada pelos ‘novos movimentos sociais’², especialmente o movimento ambientalista em emergência dos Estados Unidos.

O próprio termo ‘história ambiental’, cunhado nos anos 1960, deve-se ao trabalho do historiador norte-americano Roderick Nash, ‘The state of environmental his-

¹ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Revista Ambiente & Sociedade*, vol. V, n.º. 2 ago./dez., 2002, p. 24.

² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.º. 8, 1991, p. 198 – 215.

tory'. Não obstante, outros trabalhos bem mais longevos já tratavam de uma abordagem ambiental. Como não lembrar dos estudos de Engels sobre os problemas ambientais na Inglaterra durante a Revolução Industrial, ou mesmos os trabalhos produzidos no Brasil, particularmente aqueles produzidos a partir dos anos 1930, a saber, os trabalhos intitulados 'Nordeste' de Gilberto Freyre, 'Visões do Paraíso' e 'Monções' do Sérgio Buarque de Holanda e 'Formação do Brasil contemporâneo' do Caio Prado Jr. Claro que não são trabalhos que têm o mesmo viés analítico, e algumas críticas podem ser realizadas no que diz respeito a utilização da natureza nessas obras. Por outro lado, o já clássico 'Mediterrâneo' de Braudel e a chamada história do clima, de Le Roy Ladurie, mostram que novas questões ligadas à análise ambiental vinham sendo trabalhadas também do outro lado do Atlântico naquele período.

Os trabalhos históricos que buscam compreender os processos de interação entre seres humanos e natureza, no Brasil, vêm apresentando um visível aumento nos últimos anos. Podemos enumerar aqui uma jovem bibliografia ambiental que tem feito contribuições importantes ao entendimento destas questões, e em especial para as nossas, como os trabalhos de Warren Dean (1996), José Augusto Drummond (1997) e José Augusto Pádua (2004).

Diogo Cabral, ao analisar a indústria madeireira, cuja definição é, em suas palavras, "o conjunto dos processos produtivos que, valendo-se de um conjunto historicamente determinado de técnicas e tecnologias e de certa organização social do trabalho, opera transformando a fitomassa lenhosa em objetos úteis à vida humana"³, salienta que a bibliografia existente, apesar de não ignorar a atividade madeireira, raramente a analisa a fundo, em contraste com outros fatores socioeconômicos como o senhor de engenho, o escravo, o bandeirante, o tropeiro etc. O madeireiro continua pobremente descrito pela literatura, e quando feito⁴, fica ancorado na ideia de uma atividade com grande vínculo estatal, realizada por grandes empreiteiras ligadas à indústria naval.

Tal análise implicaria ainda, na existência de um rígido controle estatal sobre essa atividade, o que prevê a existência de um arsenal público quantitativo e qualitativo que pudesse dar conta do corte de madeira em todo o vasto território nacional. Algo que nos parece pouco provável, principalmente diante da escassez de funcionários públicos voltados para a fiscalização (até mesmo nos dias de hoje) e da reduzida possibilidade de mobilidade que havia à época. Ainda sobre o período colonial, Dean parece dar algumas indicações mais esclarecedoras:

[...] o corte de madeira tornou-se uma indústria *privada* fortemente organizada. Ainda que formalmente supervisionada por 'guardas-mores' e

³ CABRAL, Diogo de Carvalho. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. In: *Ambiente & Sociedade*, vol.7 n°.2 Campinas Jul/Dec, 2004.

⁴ Diogo Cabral refere-se aqui à dois trabalhos em que esta categoria toma maior vulto, a saber: MILLER, Shawn William. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000. e CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *Gestão florestal no Brasil Colônia*. Tese de Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, 2002.

administradores, estes eram sistematicamente subordinados e ludibriados por um pequeno número de madeireiros, serradores e tropeiros que efetivamente decidiam quando e onde a madeira seria cortada.⁵

Mais a frente, Dean, realiza novas considerações sobre a expansão da atividade madeireira tendo como perspectiva a mata atlântica sob o jugo imperial:

De longe, o mais valioso dos produtos extrativos da Mata Atlântica era sua madeira de lei. Equipamentos de serraria tornaram-se comuns em 1820; em 1838, havia 53 serrarias em São Paulo. Nos anos de 1850, a siderúrgica de Monlevade, em Minas Gerais, estava fabricando lâminas para serrarias. Havia surgido uma modesta demanda externa de madeiras-de-lei, vendidas sob os nomes genéricos de jacarandá, pau-brasil ou palissandra e utilizadas em marcenaria fina.⁶

Partindo dessas análises, os processos históricos do *desflorestamento* - entendido aqui como remoção da cobertura vegetal das matas para fins agrícolas - e a associação entre as práticas agrícolas dos pequenos produtores e os usos dados à floresta pode ser compreendido, no caso do vale do Rio Guapi-Macacu, como um processo de transformação sócio-ambiental, onde as influências dos mercados consumidores de madeira e de gêneros alimentícios foram condicionantes na construção de um novo cenário local ao longo do século XIX, e também nas práticas dos agricultores livres pobres.

Nesse aspecto, as questões relacionadas aos conceitos de *região* e *regionalização* são imprescindíveis a um trabalho que se orienta pelo diálogo entre a História Agrária e Ambiental, para tanto retornaremos ao trabalho do historiador Ciro Cardoso com o intuito de realizar alguns esclarecimentos de cunho metodológico.

Tanto a História Agrária quanto a História Ambiental tem seu surgimento muito atrelado ao diálogo com outras ciências, e em especial com a chamada geografia humana. A noção de região, por sua vez, é central nos trabalhos de geografia humana e tal proeminência deve-se a dois fatores principais: por um lado, a dimensão limitada e relativa homogeneidade permitem à região um estudo exaustivo que dificilmente seria realizado em outras realidades mais amplas e heterogêneas; por outro, a geografia humana preocupa-se em estudar as ações e interações entre os grupos humanos e o território, e, ao nível da região estas interações são mais facilmente perceptíveis.⁷

Apesar de disseminado, o conceito de região herdada de Vidal de La Blache é, segundo o geógrafo Yves Lacoste⁸, um 'conceito-obstáculo', entendendo ser este um conceito que reduz as diferentes facetas do território em troca de uma realidade mais 'homogênea'. Em sua crítica, enfatizou o necessário reconhecimento de espacialidades

⁵ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 151

⁶ Idem. p. 180.

⁷ CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. pp. 72-80.

⁸ LACOSTE, Yves. *Geografia: Isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Editora Papirus, 1988. Pp. 27-31.

diferenciais, cujos limites se recortam e superpõem, de modo que, ao nos localizarmos em um ponto qualquer, não estaremos sob um, mas sob diversos conjuntos espaciais. É possível, portanto, utilizá-la de forma operacional, deixando claros os limites impostos para a manipulação do espaço.

Entender, portanto, alguns dos aspectos geográficos da região é extremamente útil para um estudo que pretende levar em consideração os traços ambientais, além de elucidar algumas das características que levaram à sua escolha. Por isso as características gerais da geografia natural da região são tão importantes para esse estudo, focalizando nos aspectos mais pertinentes ao entendimento das modificações socioambientais no período estudado. Para fins de esclarecimento, o que chamamos de Vale dos Rios Guapi-Macacu é, na segunda metade do século XIX, a área correspondente à Vila de Santo Antônio de Sá ou, em termos atuais, os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, que contemplam a porção nordeste do recôncavo da Guanabara.

Estes municípios são limítrofes e localizam-se numa faixa geográfica muito similar, caracterizada pela transição da Serra do Mar para a Planície Costeira, numa mesorregião denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como *Baixada Litorânea*, situada na porção sul da cadeia montanhosa da Serra do Mar, como podemos visualizar no mapa a seguir.

Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu



Fonte: PEDREIRA, B. C. C. G.; FIDALGO, E. C. C.; ABREU, M. B. Proposta de legenda para o mapeamento do Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica do Rio Macacu. Dados eletrônicos. Série Documentos n. 91. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2007.

ano¹⁰. As características climáticas descritas acima variam de forma diferenciada em função das extensas e elevadas cadeias montanhosas que cobrem boa parte da região.

As características descritas acima, com grande variação de clima e altitude, conferem a esta região uma particular diversidade biológica, concentrando em uma área relativamente pequena biomas diversos. Destacaremos duas formações modelarmente distintas, apesar de haver uma complexa graduação de relevos e biomas entre elas. A escarpa sul, ou a face oriental da Serra do Mar, apresenta vertentes íngremes com grandes variações de altitude e vales fluviais profundamente encaixados. Suas encostas quando não são constituídas por paredões rochosos, apresentam-se frequentemente cobertas por depósitos sedimentares ricos em vegetação. Esta área é drenada pelas cabeceiras de diversos rios que seguem para a Baía de Guanabara, com destaque para o Rio Macacu e o Guapiaçu.

Outro domínio considerável é o das baixadas situadas em cotas mais baixas no sopé da escarpa sul, caracterizado por um relevo colinoso de baixa amplitude topográfica. Este domínio é ainda marcado por fundos de vales largos e aplainado, preenchidos por depósitos sedimentares fluviais (planícies de inundação e terraços), onde os canais são geralmente meandrantés. Esta região de colinas é drenada pelas bacias do médio e baixo curso dos rios Macacu e Guapiaçu, que seguem para o recôncavo da Baía da Guanabara¹¹.

O calor tropical, a precipitação e a umidade favorecem a formação de matas ricas, extensas e densas, com grande diversidade de espécimes vegetais e animais. Estes conjuntos florestais compõem uma formação vegetal muito maior, a qual se denomina de Floresta (ou Mata) Atlântica, ou mais tecnicamente, de Floresta Úmida Tropical e Subtropical da Costa Atlântica. Essa formação florestal chegou a cobrir uma faixa que ia do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, um trecho de aproximadamente 3300km de litoral, penetrando também muitos quilômetros continente a dentro, chegando mesmo ao interior do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais¹².

Ocupação da região

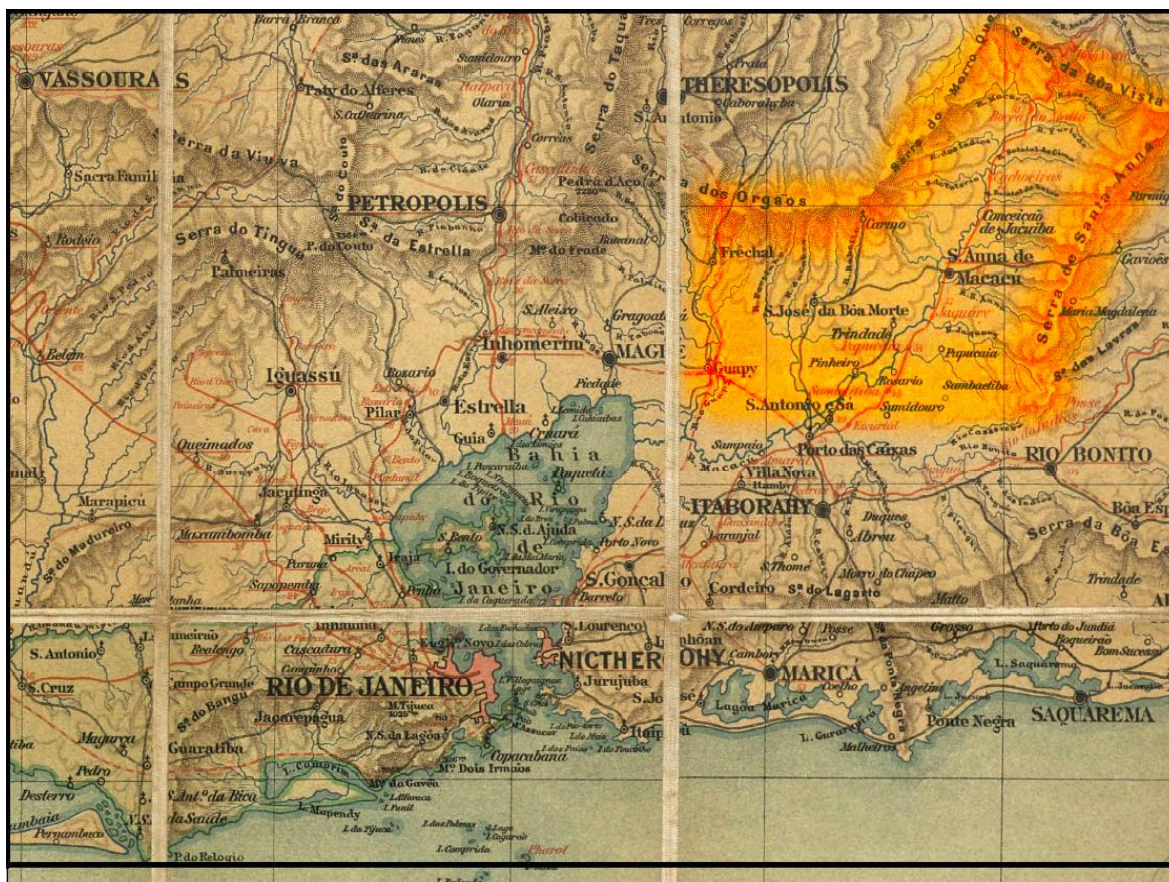
Foi neste cenário paradisíaco que os portugueses se instalaram a partir da segunda metade do século XVI. Ainda no século XVI iniciou-se um intensificado processo de conquista do 'sertão' entre a Serra e o Mar. Muitas sesmarias foram doadas neste período, distribuindo léguas de terras situadas nesta planície formada entre a Serra do Mar e o Atlântico, especialmente ao norte e nordeste da Baía da Guanabara.

¹⁰ NIMER, Edmon. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro. IBGE, 1989.

¹¹ Rios meandrantés são canais sinuosos típicos do ambiente de planície, caracterizado por um canal principal com padrão meandrante e que migra lateralmente graças aos processos de erosão e deposição. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. Plano de Manejo Diretor do Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro, 2007.

¹² DEAN, Op. Cit. 1996

Figura 3: Detalhe do Mapa do Estado do Rio de Janeiro - 1892



Fonte: MASSOW, Hilário. Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & Cia., 1892.

Entre estas primeiras sesmarias, estão às concedidas a Miguel de Moura e Cristóvão de Barros¹³, em 1567, apenas um ano depois da fundação do Rio de Janeiro e o início da ocupação das terras fluminenses. Tais sesmarias abarcavam, respectivamente, 9.000 braças¹⁴ de largo pelo Rio Macacu e 12.000 braças para o sertão (Miguel de Moura) e 6.000 braças de largura por 9.000 de comprimento para o sertão. Áreas que mais tarde conformariam o território da extinta Vila de Santo Antônio de Sá¹⁵, indicada pela sesmaria doada a Dom Miguel de Moura no mapa acima, extraído do trabalho.

Depreende-se, assim, que o Macacu constituiu, no início da colonização, a joia das terras da Guanabara e que isto se deveu muito mais à

¹³ FORTE, José Matoso M. "Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá" In: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Tomo XLIV, 1934. p.35

¹⁴ Braça é uma unidade de comprimento que equivale a 2,2 metros.

¹⁵ A Vila de Santo Antônio de Sá corresponde ao que hoje seriam os territórios dos atuais municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

atração de seu potencial hídrico do que à fertilidade de seu solo, de resto igual ou inferior à de outros vales, sobretudo no baixo curso¹⁶.

Avançando mais de duzentos anos à frente, vamos nos atentar um pouco mais à produção e à estrutura agrária da região. A *Descrição do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*¹⁷, documento datado do ano de 1797, apresenta de forma bastante minuciosa um inventário da produção agrícola da região, assim como todos os bens existentes nas propriedades, incluindo escravos, ferramentas e animais.

A terra do Districto de Macacu na maior parte bastante fértil, principalmente as que são mais próximas às Caxoeiras de todos os Rios já mencionados e o seu Clima temperado p^a a produção das Plantas de donde tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão e em q. tem formado os seus estabelecimentos¹⁸.

Apesar de configurar-se como uma das primeiras áreas de povoamento no Rio de Janeiro, esta região, comumente denominada de ‘sertão’¹⁹ do Macacu, aparece em fontes de época como uma área ainda bastante florestada. Entre estas fontes, o famoso mapa produzido por Manoel Vieira Leão em 1767²⁰, considerado uma das primeiras representações cartográficas da região, mostra a área do médio e alto Vale do Macacu, assim como Rio Bonito e o próprio Rio São João ainda cobertos por florestas, inclusive com indicações de presença indígena ao longo do Rio São João.

Camponeses e homens livres pobres na historiografia brasileira

Durante décadas, a historiografia brasileira tendeu a negligenciar essa imensa massa de homens e mulheres, ocultos pela Casa Grande e, não raro, pela Senzala. Esta visão bipolar dos estudos clássicos acerca da sociedade brasileira do século XIX priorizava, portanto, os estudos sobre escravos, muitas vezes retratados como submissos às vontades de seus senhores, e sobre os grandes fazendeiros, cujo poder era capaz de sujeitar todos os indivíduos daquela sociedade.

¹⁶ ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. p.221

¹⁷ Documento extraído do Centro de Memória Digital/Universidade Brasília - *Arquivo Histórico Ultramarino* – Rio de Janeiro, cx. 161 doc. 12071.

¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, cx. 161 doc. 12071.

¹⁹ Vale lembrar que o termo ‘sertão’ como aparece na época serve para designar áreas de baixa densidade demográfica, em princípios do século XIX a região mais habitada da faixa litorânea do Rio de Janeiro não ultrapassava em muito uns 20 quilômetros em direção ao interior.

²⁰ VÁRZEA, Affonso: “Cartografia dos engenhos fluminenses setecentistas”, *Brasil Açucareiro*, Ano XIV, vol. XXVII, n. 2, agosto 1946. pp. 77-79

Outros autores também contribuíram para este cenário. Defendendo a inexistência de um mercado interno digno de estudos, Fernando Novais abordou de forma esquemática o modelo pelo qual o pacto colonial deslocava a maior parte do fruto da exploração do trabalho ao comércio internacional, na compra de gêneros manufaturados, e principalmente de escravos, dos mercadores metropolitanos. A produção de abastecimentos estava, portanto, no interior da própria empresa agroexportadora, incapaz de fomentar um verdadeiro mercado interno.

Encurralado, portanto, entre estes dois polos, encontramos os homens livres pobres, relegados ao segundo plano pela historiografia brasileira. Poucas foram as obras de relevância que colocaram os pequenos lavradores pobres em condição de protagonismo.

Entre os primeiros estudos de ordem sociológica acerca dos pequenos agricultores pobres está o trabalho *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido. Publicado pela primeira vez em 1964, chamou atenção para a submissão dos caipiras ao domínio do latifúndio, além da pouca adaptabilidade às exaustivas culturas de exportação, como a cana-de-açúcar e o café. Ressaltou também as características destes indivíduos, como a posse da terra (ou outro mecanismo que garantisse o acesso), o isolamento, o trabalho familiar e o auxílio mútuo.

O primeiro trabalho histórico dedicado a estes indivíduos foi produzido pela historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco que, apesar de questionar vários dos paradigmas da historiografia brasileira, corroborou com a tese vigente ao constatar a submissão deste trabalhador ao modelo de agricultura mercantil baseada no trabalho escravo.

No decorrer dos anos 1970, novos métodos e abordagens oriundas da História Quantitativa surgiram, tendo “Languedoc” de Emmanuel Le Roy Ladurie e sua “história da civilização rural” como importantes marcos, exibiram um largo espectro temático: técnicas, população, sistemas de parentesco, sistemas agrários, economia, revoltas agrárias, religião, folclore etc. Tal perspectiva animou os debates e as produções no Brasil. Desse modo, os historiadores não apenas quantificaram estes indivíduos, mas procuraram também compreender as relações estabelecidas entre eles e os demais grupos da sociedade a qual estavam inseridos.

No seio da chamada História Agrária, ao limiar dos anos 1970 e início dos 1980, os debates apresentados por Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva lançaram nova luz ao conceito de camponês, às novas metodologias e mapeamentos de fontes, além dos estudos sobre a história da agricultura de subsistência no Brasil. Nas palavras de Maria Yedda Linhares “a história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência” foi finalmente contemplada.

A caracterização do camponês realizada por Ciro Cardoso²¹ abriu novas possibilidades na inserção dos indivíduos a esta categoria, entendido a partir de então pelas seguintes características: posse (ou usufruto) da terra; trabalho predominantemente familiar, ainda que admita o uso de força de trabalho adicional externa à família (inclusive de escravos); produção atrelada à subsistência, podendo estar relacionada ao mercado; certo grau de autonomia em relação aos gêneros produzidos e fins dados aos excedentes.

A demografia histórica, por sua vez, desvelou um campo inexplorado de novas fontes que serviram para reconstituir de maneira mais segura, através de dados censitários, a composição da população brasileira. O sensível aumento da população livre no decorrer de todo o século XIX foi uma das principais conclusões destes estudos populacionais no que diz respeito ao nosso tema. Não era mais possível, portanto, ocultar tais pessoas ou defender a tese de que essa considerada fração da população brasileira estaria 'fora de lugar', uma ilha camponesa deslocada do sistema escravista colonial.

O mercado interno passou a ser, a partir de então, uma variável necessária ao processo de acumulação endógena dos capitais apropriados pelos negociantes de grosso trato, que exploravam a navegação mercantil de cabotagem, o mercado financeiro e o tráfico atlântico de escravos. O status de autossuficiência das plantations agroexportadoras também foi colocado à prova, assim como os centros urbanos que se multiplicam no decorrer do século XIX, as grandes propriedades também se tornaram centros consumidores dos alimentos produzidos pelos pequenos produtores .

O setor de abastecimento não se caracteriza por uma oposição à grande propriedade exportadora, ao contrário, estes dois modelos são complementares, e harmonizam-se. Fazendo uso de formas não assalariadas de produção, as pequenas propriedades eram capazes de suprir as demandas urbanas, além e fornecer víveres a baixos preços à grande propriedade monocultora.

Outro grande trabalho a respeito da produção de alimentos em terras fluminenses durante a crise do escravismo foi, sem dúvida, a pesquisa de Hebe de Castro²² sobre Capivary. Nele a autora demonstra, a partir de forte base documental, o caráter comercial da grande e da pequena lavoura de alimentos voltada para o mercado interno.

Esta categoria, além de muitas outras, foi amplamente resgatada na historiografia brasileira dos anos 1980, quando novos métodos, muito influenciados pela história social britânica e pelos estudos de Edward Palmer Thompson, possibilitaram a formação e a consistência de uma história 'vista de baixo'.

Como resultado destas pesquisas, sabemos hoje que, longe de não estarem inseridos na sociedade brasileira, esses indivíduos participaram ativamente da constru-

²¹ CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou Camponês?: O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 53.

²² CASTRO, Hebe Mattos. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ção no mercado interno. Cultivaram uma gama variada de produtos agrícolas, exploraram outros tantos através de técnicas extrativistas, criaram e recriaram estratégias de sobrevivências para gerir seus parques recursos e terras.

Os lavradores pobres e a diversidade produtiva no Vale do Rio Guapi-Macacu

Durante os oitocentos, além das fazendas de produção de cana-de-açúcar e de café, estas em menor quantidade, um grande número de posses e outras situações foram constituídas nesta região. A partir das informações concedidas por fontes, como a *Descrição do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, o *Registro Paroquial de Terras*²³, além de relatos de viajantes²⁴ que passaram pelas serras fluminenses no século XIX, percebemos a existência, naqueles sertões, de um grande número de trabalhadores mestiços, pobres e livres situados entre os dois extremos da pirâmide social brasileira.

Não eram nem escravos, nem senhores de escravos, mas sim pequenos agricultores que se fixavam nas franjas da *plantation*, plantando e criando animais para seu próprio consumo, ao mesmo tempo em que destinavam parte de sua produção ao mercado interno. Considerando a segunda metade do século XIX como período mais ‘evidente’ de uma eminente crise do escravismo identificamos que o caso da Vila de Santo Antonio de Sá é emblemático de um processo de redução do número de cativos, mesmo em comparação com o restante da Província do Rio de Janeiro. Os quadros abaixo apresentam essa tendência e foram elaborados a partir de dados dos censos provinciais de 1840²⁵ e 1850²⁶ e do Recenseamento Geral do Império de 1872²⁷.

1840					
	livres	%	escravos	%	total
Vila de Santo Antonio de Sá	4042	47,2	4526	52,8	8568
Província do Rio de Janeiro	183200	45	224012	55	407212

²³ Registros Paroquiais de Terras, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, coleção 148, livros 77, 78 e 79.

²⁴ Entre os viajantes pesquisados estão Hermann Burmeister, Johan Von Tschudi e John Luccock.

²⁵ Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro segundo as condições, sexo e cores – 1840. In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1841. p. 109. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro (Acessado em 10/09/2012).

²⁶ Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro– 1850. In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851. p. 100. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro (Acessado em 10/09/2012).

²⁷ Recenseamento Geral do Império do Brasil – 1872. Disponível na Biblioteca Digital do IBGE <http://biblioteca.ibge.gov.br> (Acessado em 10/09/2012).

1850					
	livres	%	escravos	%	total
Vila de Santo Antonio de Sá	8691	53,5	7542	46,5	16233
Província do Rio de Janeiro	262526	47,2	293554	52,8	556080

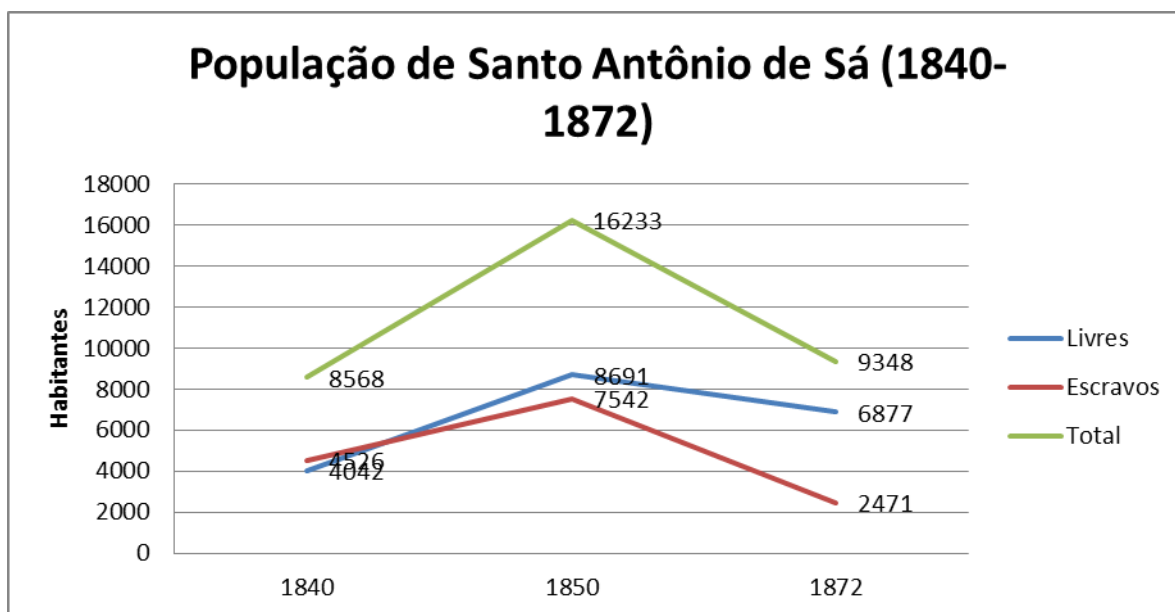
1872					
	livres	%	escravos	%	total
Vila de Santo Antonio de Sá	6877	73,5	2471	26,5	9348
Província do Rio de Janeiro	490087	62,5	292687	37,5	782774

Está claro que a população livre aumentou expressivamente, especialmente a partir dos anos 70 do século XIX. Também é preciso destacar que a região em questão – Vale do Guapi-Macacu - não era caracterizada, nesse momento, por grandes propriedades, o que reafirma nossa ideia de que esses trabalhadores eram livres e pobres e estavam inseridos em uma cadeia social e produtiva que os mantinha, em grande medida, ligados à terra, qual seja, a produção de alimentos que foram primordiais para o abastecimento do Rio de Janeiro nesse período.

A existência destes trabalhadores no interior fluminense desfaz algumas teses clássicas acerca da composição e dos papéis sociais desempenhados pelos diversos setores da população brasileira no período colonial e no império. Numa visão que tem predominado no meio historiográfico mais tradicional e que pode ser identificada em trabalhos de autores considerados clássicos como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, as referências à presença de trabalhadores pobres e livres, no período colonial e no império, eram feitas como se sua importância social fosse absolutamente irrelevante.

Mesmo constatando uma queda no número geral da população da Vila de Santo Antonio de Sá²⁸, fica evidente que a categoria ‘escravos’ tem uma diminuição significativa se comparada aos homens ‘livres’. Em números totais, temos entre os anos de 1850 e 1872 uma queda de 6.885 almas na Vila de Santo Antônio de Sá, correspondente à 42,4% da população, dos quais 5.071 eram escravos, ou seja, 73,7% de toda a queda, enquanto na população livre a queda é de 1.814 almas, correspondente à 26,3% do total da queda populacional.

²⁸ Cabe apontar que o acentuado decréscimo populacional visualizado em Santo Antônio de Sá é resultado, também, da ocorrência de uma grave epidemia de febre amarela, conhecida na ocasião como ‘febre do Macacu’.



Numa outra perspectiva historiográfica, João Fragoso, em *Homens de grossa aventura*, afirma haver um verdadeiro “mosaico de formas não-capitalistas de produção”²⁹ no cenário agrofluminense entre os últimos anos do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Captando a convivência entre unidades tipicamente escravistas (com plantéis acima de 20 escravos, na maior parte das vezes) e pequenas unidades familiares, onde o trabalho escravo, quando existente, servia como complemento à força de trabalho familiar (geralmente com menos de cinco escravos em idade produtiva). É possível, ainda, que a produção de alimentos nessas pequenas unidades produtivas não estivesse restrita apenas ao consumo doméstico, ou como cultura acessória à *plantation*. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, principalmente depois de receber a família real em 1808, criou uma nova demanda por gêneros alimentícios.

Sem dúvida as práticas agrícolas que mais contribuíram para a degradação ambiental, nos Vales do Rio Macacu, Guapiaçu e São João, em grande parte representados pela destruição da cobertura vegetal, vinculam-se às grandes propriedades. Isso não quer dizer que os pequenos e médios lavradores livres possuísem uma relação puramente harmônica com a natureza. Suas práticas agrícolas também envolviam o uso de queimadas em áreas florestadas para a abertura de novas áreas de plantio, como nos informa Luccock, um viajante inglês que passava pelas terras de Macacu já no ano de 1816:

²⁹ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.p. 103.

No meu regresso dessa visita ao Orendé tive a ventura de assistir ao diminutivo de uma cena que não raro ocorre em maior escala e de que frequentes vezes desejava eu ser espectador. Ateara-se uma quei-mada numa floresta vizinha e já meia légua quadrada havia sido consumida. Achando-me eu do lado donde soprava o vento, o fumo não me incomodava, e assim aproximei-me enquanto a sensação do calor mo permitiu. (...) Enquanto o fogo assim se alastrava, devo-rando a mata, e cobrando maior alento a cada sôpro de brisa, as coi-varas remanescentes à sua retaguarda imediata alí quedavam feito pilares de carvão animado.³⁰

De acordo com Pádua, as técnicas agrícolas utilizadas no Brasil, de modo quase que generalizado, eram extensivas e assumiam um sentido de descuido frente ao futuro e a reposição de nutrientes ao solo. O grande número de queimadas, feitas em grandes áreas de floresta e sem a menor segurança é um símbolo desta mentalidade. Na verdade a técnica indígena conhecida como *coivara*, que consistia na queimada de pequenas áreas para a formação de roçados, foi apropriada e utilizada pelos novos habitantes, em áreas bem maiores. A coivara era, ao que parece, a técnica mais frequente de preparação do solo para o plantio e para criação até finais do século XIX. Aparentemente, este modelo predatório de exploração dos recursos naturais esteve ligado a uma mentalidade de que os recursos naturais eram inesgotáveis, corroborada pelo modelo de fronteira agrícola aberta:

A primeira variável relacionou-se com a percepção de que o território do Brasil apresentava uma fronteira para sempre aberta ao avanço da produção econômica e da ocupação social. Os colonizadores portugueses, acostumados às limitações ecológicas de sua região de origem, viam a mata atlântica como um universo que jamais se consumiria. (...) Era “fácil” abandonar as antigas lavouras desgastadas e apropriar-se de novos espaços em bosques recentemente arrasados. A imagem de uma terra sempre disponível para o avanço horizontal da produção minimizava a importância do cuidado ambiental. À medida que os solos agrícolas e pastoris tornavam-se estéreis, a fronteira avançava em direção às florestas e aos campos ainda intactos.³¹

Além das queimadas, como vimos anteriormente, muito comuns na preparação da terra para o plantio no interior fluminense, John Luccock também nos dá pistas de outras atividades econômicas realizadas por estes pobres rurais e a sua relação de dependência com a floresta:

Essa região do país acha-se guarnecida de uma gente industriosa e bem comportada, que cultiva suas pequenas lavouras próprias, em-bora

³⁰ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975. p. 237.

³¹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 73.

tenha falta de capital para aquisição de escravos. Acrescentam aos seus poucos meios de subsistências e divertimento, cortando madeira na mata, lavrando-a e serrando-a em tábuas. Levam-na dali até a beira d'água em carrêtas triangulares feitas de trenós, a que amarram uma das pontas da tora, enquanto que a outra vai arrastando pelo chão; no pôrto, que fica na confluência dos dois rios, uma peça de quarenta a cinquenta pés de comprimento e de catorze a dezoito polegadas em quadrado, se vende por cerca de cinco xelins.³²

Retiramos desta passagem um dado interessante e de extrema importância nesta análise, a extração de madeira por parte destes lavradores pobres, madeiras estas abundantes e de diferentes espécies nas planícies costeiras e no sopé das serras fluminenses.

A biodiversidade das matas do vale, porém, era muito mais rica que apenas as usadas como madeira, já que além de excluir as espécies que eram utilizadas como lenha, excluiu-se também uma infinidade de outras plantas cuja utilidade não era conhecida. Desde o início do século XIX identificam-se trabalhadores ligados à extração de madeira. Ao analisar a formação social dos serradores constantes na *Descrição* do ano de 1797, categoria intimamente ligada à exploração de madeiras, encontramos estes subdivididos em atividades especializadas ligadas ao setor madeireiro: 10 carpinteiros, 03 marceneiros e 2 tamanqueiros.

Em trabalho sobre o corte de madeira na região, Cabral afirma:

Apesar de haver registros de extrativismo madeireiro no Vale do Paraíba, na ilhas da Baía de Guanabara e na Baía da Ilha Grande, o grosso da fibra lenhosa, ao longo do século XVIII, parece ter sido extraído das médias e altas porções das grandes bacias hidrográficas da Baixada Fluminense – como as do Macacu, do São João, do Macaé e do Muriaé – onde ainda remanesciam, pouco modificados, vultosos estoques de Mata Atlântica primária.³³

Cortar, beneficiar e transportar, com o auxílio de bois, a madeira do interior das matas não é um trabalho fácil, e talvez seja esta uma possível explicação sobre a maior presença desta atividade estar intimamente associada às bacias hidrográficas das planícies costeiras do interior do Rio de Janeiro. O regime de cheias dos rios possibilitava até mesmo os pequenos rios que serviam como afluentes do rio Macacu e do Guapiaçu a receber a madeira, era um facilitador ao trabalho de transporte. Em determinados períodos do ano, uma grande quantidade de tábuas e outras peças podiam ser facilmente transportadas até a Baía da Guanabara.

Ainda comentando sobre o transporte de madeira através dos rios da região, Luccock também faz uma pequena descrição do que viu no ano de 1818:

³² LUCCOCK, *op. cit.* p. 242.

³³ CABRAL, Diogo. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *Revista de História Regional*, v. 12, 2007. p.133.

Encontrámos nesse rio várias ‘balsas’, espécie de jangadas compostas de troncos de árvores ou de pranchas, segura por grossos amarrilhos feitos de fibra de coqueiro ou de aloés e às vezes de fôlhas sêcas de grande comprimento torcidas juntas como uma corda. Há jangadas, assim construídas que por vezes chegam até as cidades, mas é mais comum que as despedacem os cursos inferiores dos rios³⁴.

Entendendo a existência destes pequenos lavradores a partir do conceito de camponês, ou mesmo alguma forma particular de agricultura familiar, que se constitui como modo específico de produzir e desenvolver cultura - onde muitas vezes a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e força de trabalho - faremos a necessária ressalva de que o termo camponês utilizado aqui não é encarado como um sinônimo de produção para subsistência.

O pequeno lavrador pobre que buscamos contemplar, ao que consta, esteve primeiramente vinculado à produção de gêneros alimentícios, tanto para consumo próprio quanto para a produção de excedentes comercializáveis, incentivados pelo crescente desenvolvimento de mercado consumidor na cidade do Rio de Janeiro. O corte de madeira com finalidades mercantis é tido como uma atividade secundária, sazonalmente acionada como um mecanismo de produção e reprodução social, um ‘trunfo na manga’.

Essa sazonalidade, associada à pluriatividade da mão-de-obra que se dedicou ao corte de madeira, pode ser uma via explicativa sobre a dificuldade de se identificar fontes ‘oficiais’ que façam menção a este ramo de atividades e, por conseguinte, a pouca atenção dada pela historiografia ao mesmo assunto.

Considerações finais

Assim como identifica Harrison³⁵, as florestas foram vislumbradas, em toda a história da civilização ocidental, como o principal arquétipo da alteridade, é o outro, aquele que tem continuamente ‘obscurecido’ (*shadowed*) o avanço da civilização.

Nesse sentido os homens jamais viveram em florestas, mas sempre em clareiras abertas no interior delas. As florestas foram, por assim dizer, as primeiras e as últimas vítimas do avanço civilizador, todas as instituições ocidentais foram cunhadas em oposição à floresta: a igreja, o governo, as leis, a família, etc. Segundo Harrison, as florestas têm assumido, alternadamente, ao longo da história das ideias, características antagônicas: sagrada e profana, perigosa e encantadora, santuário de bandidos e heróis.

³⁴ LUCCOCK, *op. cit.* p. 235.

³⁵ HARRISON, Robert. *Forests: The Shadow of Civilization*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

De modo geral, a sociedade brasileira desenvolveu-se nas bordas da floresta. Para alguns autores clássicos, como Alberto Ribeiro Lamego³⁶, essa gigantesca massa florestal agiu como uma barreira intransponível, um inimigo que, até o século XIX, separou o interior brasileiro de seu destino civilizado. Outros autores mais recentes, a exemplo de Warren Dean³⁷, integrados aos novos debates ambientais, tendem a transgredir essa polarização entre homem e natureza, indicando que a ocupação da floresta não aconteceu sem constrangimentos mútuos.

Um olhar mais atento à Mata Atlântica é imprescindível a qualquer estudo que se disponha a incluir uma análise ambiental em seus métodos. Entendendo que a área do atual Estado do Rio de Janeiro era, no século XVI, de 92 a 95% coberta pela Mata Atlântica (que se estende, como informamos antes, por boa parte do litoral brasileiro), podemos intuir que esta formação florestal foi o principal meio físico-geográfico utilizado por portugueses e brasileiros durante os séculos de colonização.

A floresta proporcionou ao homem, portanto, não só os meios objetivos de trabalho e produção, mas sua própria localização. Para viver na floresta o colonizador precisou removê-la. Apropriou-se, porém, de outras formas. Quando removida, a floresta serviu não apenas de localização física para a morada, mas como unidade produtiva, seja através de sua fértil terra a ser cultivada, seja através da exploração de suas madeiras, animais e demais recursos.

Para além da simplicidade inerente a uma visão puramente dualista criada cientificamente no bojo das ciências humanas, com relativo destaque à História, que pretendia representar as relações entre homens e natureza como algo polarizado e dicotômico, percebemos a natureza como ativo necessário para o entendimento das relações sociais que se desdobram na interação destes organismos.

Durante décadas, a historiografia brasileira tendeu a negligenciar também uma imensa massa de homens e mulheres, ocultos pela *Casa Grande* e, não raro, pela *Sem-zala*. Esta visão bipolar dos estudos clássicos acerca da sociedade brasileira do século XIX priorizava, portanto, os estudos sobre escravos, muitas vezes retratados como submissos às vontades de seus senhores, e sobre os grandes fazendeiros, cujo poder era capaz de sujeitar todos os indivíduos daquela sociedade.

Encurralados entre estes dois polos, encontramos os *homens livres pobres*. Os esforços da historiografia em reabilitar estes indivíduos aos seus lugares históricos serviu também como um reânimo à História Ambiental. Buscamos aqui identificar, ainda que de maneira inicial, alguns aspectos dos modos de vida e das estratégias de sobrevivência adotadas por estes homens livres pobres, analisando este mundo da pobreza a partir de seus elementos definidores, assim como as diversas formas de integração ao espaço agrícola analisado.

³⁶ LAMEGO, A. R. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Geologia do Brasil, CNG. IBGE, 1948.

³⁷ DEAN, *op. cit.*

*Artigo recebido em 11 de janeiro de 2013.
Aprovado em 05 de maio de 2013.*